

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Agências reguladoras viram alvo de PEC e podem ser esvaziadas ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como fazer a declaração de compra de ações no Imposto de Renda ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS promete reduzir filas na concessão de benefícios; veja as mudanças ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Investimento dos Estados sobe 115% no 1º bimestre ..... 7

O POPULAR - GO - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Sindicatos são imprescindíveis (Artigo) ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente do Senado defende aprovação da reforma tributária - CAPITAL S/A ..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Síndrome do pequeno poder (Artigo) ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Voltar atrás na adesão à OCDE não seria bom para o Brasil, diz presidente da Britcham  
..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes recicla promessas e fala em combate rápido à alta de preços ..... 14

VALOR ONLINE - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pastore divulga propostas econômicas do plano de Moro ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

À revelia do Mercosul, Brasil quer novo corte de imposto de importação ..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aéreas pedem "diálogo permanente" sobre alta de preços do querosene ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo admite ter de pagar R\$ 1 trilhão por processos na Justiça ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

A crise econômica como um risco à recondução ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

<b>Inflação surpreende BC; mercado vê juro maior</b> .....	24
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
<b>Braga Netto é "90%" vice na chapa</b> .....	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
<b>Segunda rodada (Editorial)</b> .....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>BC sinaliza possibilidade de alta mais forte dos juros para segurar inflação</b> .....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>Luz deve ficar sem sobretaxa durante todo o ano, diz ONS</b> .....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
<b>Preço de alimentos no mundo muda de patamar e não há perspectiva de baixar</b> .....	35
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Dólar comercial tem queda de 0,41%, a R\$ 4,6899</b> .....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
<b>Bolsonaro afirma que emendas de relator ajudam a acalmar o Congresso</b> .....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
<b>Selic a 13,5% ganha força no mercado após falas de Campos</b> .....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
<b>Sob pressão dos cenários externo e doméstico, Ibovespa fecha em queda</b> .....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
<b>"Nossa inflação está muito alta", diz presidente do BC</b> .....	41

# Agências reguladoras viram alvo de PEC e podem ser esvaziadas

*Daniel Rittner De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

# Saiba como fazer a declaração de compra de ações no Imposto de Renda

Minha mãe tem 98 anos. Em 2021, passou a morar em um residencial geriátrico, que não tem características de clínica médica, mas fornece alimentação, amparo etc. Ela não é dependente dos filhos, mas quem firmou o contrato foi um dos meus irmãos. Essas despesas com a empresas podem ser lançadas no IR dela?(M.O.). Não. De acordo com as orientações da Receita, devem ser relacionados os pagamentos efetuados que forem dedutíveis na declaração. As despesas que ela teve com o residencial geriátrico não se enquadram como estabelecimento qualificado como hospital.

Minha mãe morreu em junho de 2021. Nos seis primeiros meses do ano, recebeu aposentadoria, teve desconto de IR na fonte e despesas com médicos e planos de saúde. O inventário foi feito, e a escritura pública de partilha lavrada no mesmo ano. Qual declaração devo fazer? Como e quando informo a partilha? Sua conta bancária era conjunta comigo e ainda está aberta. Posso informá-la para receber a restituição? (L.O.). Entregue a declaração final de espólio até 29 de abril deste ano. Nela, devem constar os rendimentos recebidos entre 1º de janeiro de 2021 e a data da lavratura da escritura pública de inventário e partilha, e os pagamentos a médicos e ao plano de saúde. Declare a aposentadoria na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular ou na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis (o comprovante de rendimentos do **INSS** detalha isso). No campo Discriminação da ficha Bens e Direitos, informe, em relação a cada bem ou direito, a parcela que corresponder a cada beneficiário, identificado por nome e CPF. No item Situação na Data da Partilha, os bens ou direitos devem ser informados pelo valor que estava na última declaração apresentada pela sua mãe. No item Valor de Transferência, informe o valor pelo qual o bem ou direito, ou cada parte deste, será incluído na ficha Bens e Direitos de cada herdeiro. A conta conjunta poderá ser indicada para receber a restituição.

Vendi imóvel em 2021 com ganho de capital. Preenchi a ficha, gerei o Darf e paguei. Ao importar a ficha Ganho de Capital, o valor do imposto a pagar consta como zero e não há possibilidade de inserir o pagamento no campo específico. É assim mesmo? (E.P.S.P.). Informe o valor recolhido no programa GCap 2021 na aba Cálculo do Imposto, linha Imposto Pago. Grave e importe os dados novamente para a

declaração deste ano.

Como declaro a compra de ações? (F.M.). Deve ser declarado o conjunto de ações, cotas ou quinhão de capital de uma mesma empresa quando o valor de compra unitário for igual ou superior a R\$ 1000. Para inclusão na ficha Bens e Direitos, selecione o grupo 03, código 01 No campo Discriminação, informe quantidade, tipo e nome da empresa. Informe o valor de compra no campo de 2021 (deixe em branco o de 2020).

Sabendo que não há IR sobre o ganho de capital se o valor da venda for usado para comprar outro imóvel em até 180 dias, gostaria de saber se posso deduzir custos de construção em imóvel que já me pertencia, ocorridos no período de seis meses após a venda (com lucro) de outro imóvel. (M.G.). Não. Segundo a Receita, não pode ser aplicada a isenção se os recursos da venda forem usados na construção de outro imóvel residencial ou ainda em gastos com benfeitorias ou reformas em imóveis de propriedade do contribuinte.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878&anchor=6453908&pd=f3b0c90ef82a7c010013f4567127478c>

# INSS promete reduzir filas na concessão de benefícios; veja as mudanças

**Michelle Portela**

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) alterou regras sobre o reconhecimento dos direitos dos segurados e processos internos, visando simplificar a burocracia e reduzir a fila de concessão de benefícios, atualmente com cerca de 1,6 milhão de pessoas à espera de uma resposta do órgão.

A Instrução Normativa 128, com mais de 200 páginas, foi publicada em 29 de março no Diário Oficial da União. Uma das mudanças dobra de 12 para 24 meses o chamado período de graça, no qual os segurados individuais podem ficar sem contribuir para a Previdência mantendo o direito aos benefícios.

Para Patrícia Bonetti, advogada e consultora jurídica, especialista em direito previdenciário e professora do Meu Curso Educacional, o contribuinte individual deve comemorar a conquista. É um grande benefício para quem é contribuinte e está desempregado, afirma.

Bonetti aponta que a nova instrução normativa faz crescer a expectativa quanto à celeridade da análise dos processos. É algo a ver, uma vez que o que temos assistido é a demora nos processos administrativos, embora haja prazo mínimo. O que tem nos ajudado, nesse ponto, é a ouvidoria e os recursos dos segurados a mandado de segurança, disse.

Na avaliação da advogada Lariane Del Vecchio, do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, ao compilar a legislação em vigor, a instrução normativa traz segurança jurídica para os advogados. Ela funciona como um manual. E temos avanços, como o reconhecimento do direito dos indígenas e a comprovação de união estável, avalia.

Entre as principais mudanças levantadas pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) nos normativos publicados estão:

Mudança no formulário Perfil Psicográfico Previdenciário (PPP), principal documento para conseguir

aposentadoria especial, excluindo a exigência de monitoração biológica e carimbo com CNPJ e cargo de quem assinou o formulário, desde que tenha nome e CPF do responsável.

Desde 2019, o segurado que ficou viúvo deveria levar, no mínimo, dois documentos recentes ao instituto

para ter o direito reconhecido como beneficiário do **INSS** para comprovar que o relacionamento teve início, no mínimo, há 24 meses antes do óbito. A partir de agora, o beneficiário poderá apresentar apenas um

documento e uma testemunha, na chamada justificação administrativa.

O chamado "período de graça", no qual os segurados podem ficar sem contribuir para a Previdência sem perder o direito aos benefícios do **INSS**, foi dobrado. Além dos 12 meses aos quais já tinha direito, o contribuinte individual agora terá direito a mais 12 meses, caso consiga comprovar a situação de desemprego ou impossibilidade de atuar como autônomo.

O período usufruído durante a concessão do benefício por incapacidade previdenciária (auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez) será contado como tempo de contribuição, caso seja intercalado com períodos

de atividade ou contribuições.

O período de afastamento durante o recebimento do auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) pelo segurado que exercia atividade com exposição a agentes nocivos (atividade especial) não

será considerado como tempo especial de forma retroativa até 30/6/2020.

O prazo de 12 meses de manutenção de qualidade de segurado só será acrescido de mais 12 meses se o segurado tiver mais de 120 contribuições (10 anos). Se perder a qualidade de segurado, só terá direito a

esse prazo de 12 meses a mais se completar novamente mais de 120 meses - ou 10 anos de contribuição.

Os herdeiros não terão direito a mexer em qualquer pedido ao **INSS** do segurado que morreu, quer dizer, não poderão exercer atos de cunho pessoal do falecido.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
**INSS** promete reduzir filas

**Site:**

[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2022/04/  
4999923-inss-promete-reduzir-filas-na-concessao-de-  
beneficios-veja-as-mudancas.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2022/04/4999923-inss-promete-reduzir-filas-na-concessao-de-beneficios-veja-as-mudancas.html)

# Investimento dos Estados sobe 115% no 1º bimestre

*Marta Watanabe De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

# Sindicatos são imprescindíveis (Artigo)

**Nylo Sérgio**

O sindicalismo é um ícone da luta por direitos dos trabalhadores. Fruto da modernidade, ao longo da história protagonizou embates e acumulou conquistas a quem só tem a oferecer a sua mão de obra. A jornada de oito horas diárias é um exemplo.

Sindicatos representam uma ameaça à autocracia, sendo alvos de desmobilização, por vezes proibidos de atuar. Mesmo assim, se mantêm como os maiores representantes dos trabalhadores no Brasil e no mundo.

Nos últimos seis anos, o sindicalismo brasileiro tem sofrido ataques à sua autonomia e representatividade. A reforma trabalhista, o aumento dos trabalhos temporários e do desemprego são exemplos disso.

Junte o fim dos ministérios da Previdência e do Trabalho (recriado somente em 2021) e a terceirização generalizada que ajudam a dismantelar os direitos e conquistas de quase um século.

A atuação sindical em Goiás ganhou protagonismo durante a pandemia de Covid-19. Vários setores, públicos e privados, conseguiram uma flexibilização no modelo de trabalho visando à proteção da saúde individual e coletiva, assim como a exigência de equipamentos de proteção individual, menor aglomeração de pessoas em um ambiente e condições especiais para grupos de risco, gestantes e puérperas, entre outros pontos.

Mais recentemente, a luta para o pagamento da data-base ao funcionalismo público estadual reuniu as principais entidades no Fórum em Defesa dos **Servidores Públicos** do Estado.

As articulações resultaram em 10,16% de recomposição salarial referente às perdas de 2021. Ainda há um passivo a ser discutido e outro debate para garantir o pagamento das próximas datas-bases.

A manutenção da estabilidade dos **servidores públicos** efetivos também foi uma vitória que tem a marca dos sindicatos do setor e que resultou em uma segurança institucional para todo o país.

A queda na renda da população fez com que trabalhadores voltassem a ver os sindicatos como seus legítimos representantes. Perceberam que não há contraposição entre direitos e oportunidades de

emprego e que a precarização do trabalho não gera mais vagas no mercado.

O Sindipúblico, em seus 33 anos comemorados hoje, tem recebido mais adesões, reflexo de um trabalho que gera resultados na ponta do funcionalismo público, que é o servidor mais valorizado.

Nylo Sérgio é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/12-abril-2022/1o-caderno>



# Presidente do Senado defende aprovação da reforma tributária - CAPITAL S/A



CAPITAL S/A



O senador Rodrigo Pacheco (PSDB-RO) voltou a defender ontem esforços para aprovar a PEC 110, a proposta de **reforma tributária**. Ela aguarda há meses pela análise da CCJ. O texto substitui **tributos** atuais por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, dividido em dois: o Imposto sobre Bens e Serviços, a ser cobrado por estados e municípios; e a Contribuição sobre Bens e Serviços, a ser recolhida pela União.

## Desburocratização

Segundo o presidente do Senado, "o texto é o que melhor reúne os anseios nacionais de uma desburocratização tributária para o Brasil".

## Destaques retirados

O relator é o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Ele afirmou à coluna ser possível aprovar a PEC ainda em abril no esforço concentrado da Casa, no final do mês. "A parte das discussões na CCJ já foi encerrada. E, dos oito destaques apresentados, nesta semana já

esclarecemos seis. Estamos construindo o consenso. Será possível aprovar na comissão e no plenário no mesmo dia."

#### Setor produtivo dividido

A CNI é a favor da aprovação da PEC. Já a CNC tem uma série de ressalvas. A entidade alerta para uma sobrecarga de tributação sobre o setor de serviços.

#### Expansão com linha própria de produtos

A BioMundo, empresa de Brasília que está entre as mais franqueadas do país, não para o ritmo de expansão. Está investindo agora numa linha própria de produtos. A rede passou a fabricar diversos itens. Neste mês, lançou a BioWey Sport Nutrition. Em evento para franqueados, no Iguatemi Shopping, apresentou a novidade.

#### Parceria com fornecedores

"Firmamos parceria com a grande indústria e com os melhores fornecedores de matéria-prima. Assim, conseguimos fabricar nosso produto com alta qualidade, mas a um preço bem melhor que o de outras marcas", explica Edmar Mothé, sócio fundador da Biomundo e também da Mundo dos Filtros.

#### Multifranqueados

Mothé aponta que 75% dos franqueados têm mais de uma loja da BioMundo. "Temos muito orgulho deste índice, que comprova a rentabilidade da nossa marca."

R\$ 200 milhões É o faturamento anual da BioMundo

150 É o total de franquias no país, em 17 estados

#### Economia criativa em pauta

O presidente da CLDF, Rafael Prudente (MDB), se reuniu com empreendedores do setor da Economia Criativa. O encontro foi na galeria Infinu na 506 sul. Representantes do PicniK, Backstage, Rodas da Paz, Abrasel-DF entre outros participaram da rodada de conversa. Na pauta, incentivos ao segmento que reclama da dificuldade e da burocracia para realizar projetos e eventos. "Estamos falando de uma atividade não poluente, que gera empregos e arrecada **impostos**", ressaltou Miguel Galvão, da Infinu.

#### Bombons e trufas

O projeto já ofereceu 223 vagas para formar mulheres interessadas em empreender na cozinha. E ainda dá tempo de participar. Serão oferecidas mais 113 vagas para os cursos de bombons e trufas; bolos caseiros e

cozinheiro básico.

#### Inscrições

Todos os cursos são gratuitos, realizados pelo Senai. As novas turmas começam no dia 20 de abril. Para fazer a inscrição, as interessadas devem acessar o site da Secretaria da Mulher.

# Síndrome do pequeno poder (Artigo)

**Oriovisto Guimarães, Senador da República (Podemos-PR)**

A síndrome do pequeno poder, de acordo com a psicologia, é uma postura de autoritarismo adotada por um indivíduo quando lhe é conferido um pequeno poder, utilizando-o de forma imperativa, sem se preocupar com os problemas que venha a causar. Tal condição surge quando um indivíduo, não satisfeito com sua pequena parcela de poder, exorbita a sua autoridade. É comum em indivíduos que desejavam algo que não conseguiram alcançar.

É característica marcante do autoritarismo não suportar divergências. A mente autoritária não discute ideias -antes, censura e desqualifica todos aqueles que discordam da linha de pensamento que adota como a única possível.

Ditadores, ou pseudointelectuais, autoritários de toda espécie, quando não possuem mais argumentos que possam sustentar suas "verdades", partem com fúria contra os mensageiros das ideias discordantes.

Para a mente autoritária, aqueles que discordam de suas opiniões são loucos, doentes ou desonestos.

Muitas vezes, no democrático convívio que temos no Senado Federal, acontece de um colega ou outro vir, no calor das discussões, a ter lampejos da autoritária síndrome, sendo sempre prontamente alertado pelos seus pares e passando a recobrar a razão após o alerta.

É com esse espírito que faço aqui uma democrática crítica ao artigo "A reforma tributária e a síndrome de Estocolmo" (6/4), de autoria do colega senador Roberto Rocha (PTB-MA), relator da PEC 110/2019, que trata da reforma tributária.

O artigo sofre de um pecado lógico dos mais clássicos. Confunde ordens do conhecimento e compara fenômenos que não se podem comparar.

Na síndrome de Estocolmo, há a identidade da vítima do sequestro com os sequestradores -fenômeno psicológico já bastante conhecido e estudado. Nesta síndrome, o sequestrado passa a se identificar com os sequestradores e renuncia à sua própria liberdade ou àquela liberdade que tinha antes do sequestro.

Nos tributos, tudo o que podemos fazer é escolher, quando podemos, que impostos vamos pagar. Não

há a opção entre pagar ou não pagar. Quando alteramos as regras tributárias, é como se tivéssemos trocado de sequestradores. Não existe, legalmente, a opção de ser "livre" dos impostos.

A reforma como está apresentada traz insegurança jurídica, pois deixa importantes mudanças para regulamentação futura, sem nenhuma previsão, sem nenhum norteamento. Aprovar a PEC 110 é o mesmo que dar um salto no escuro.

Vale ressaltar que essa legislação complementar deverá ser inteiramente proposta e deliberada por um novo Parlamento. Aqui estarão legisladores que não participaram da análise dessa PEC; portanto, sem compromisso com eventuais acordos construídos na atual legislatura.

Comparar a lógica da síndrome de Estocolmo com a escolha entre dois sistemas tributários distintos é simplesmente uma maneira autoritária de dizer que aqueles que se opõem aos mecanismos obscuros da PEC 110 estão sofrendo das faculdades mentais ou são desonestos sócios dos sequestradores.

Lamentável engano que, espero, não se repita.

[...] Comparar a lógica da síndrome de Estocolmo com a escolha entre dois sistemas tributários distintos é simplesmente uma maneira autoritária de dizer que aqueles que se opõem aos mecanismos obscuros da PEC 110 estão sofrendo das faculdades mentais ou são desonestos sócios dos sequestradores

Oriovisto Guimarães, Senador da República (Podemos-PR)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878>

# Voltar atrás na adesão à OCDE não seria bom para o Brasil, diz presidente da Britcham



**Eduardo Cucolo**

O Reino Unido está em busca de novos parceiros comerciais após a saída da União Européia, e o Brasil pode aproveitar a oportunidade para ampliar sua presença no comércio internacional. Para isso, no entanto, terá de fazer a "lição de casa" em relação a temas como ambiente, **reforma tributária** e melhoria do ambiente de negócios. Nesse último ponto, dando continuidade, por exemplo, ao processo de adesão à OCDE.

As afirmações são de Ana Paula Vitelli, presidente da Britcham (Câmara Britânica de Comércio e Indústria) Brasil desde 2020.

Reeleita para mais um mandato de dois anos à frente da Câmara, Vitelli diz que o momento é propício para uma reaproximação entre os países, cuja corrente de comércio encolheu nos últimos dez anos.

Além da questão comercial, que vem sendo tratada por meio de propostas enviadas ao Brasil e de uma série de visitas de representantes britânicos ao país, o Reino Unido quer ser uma base para empresas brasileiras que queiram atuar internacionalmente como se fossem britânicas. Já há um grupo do governo local assessorando empresas brasileiras nesse sentido.

Em dez anos, a corrente de comércio entre os dois países recuou de US\$ 8,5 bilhões para menos de US\$ 5 bilhões, com queda tanto nas exportações como nas importações. Com isso, os britânicos não figuram entre os principais parceiros comerciais do Brasil.

"Há um espaço enorme de oportunidade de ter mais trocas entre Brasil e Reino Unido", afirma Vitelli.

O Reino Unido importa 50% dos alimentos e bebidas consumidos. Esses produtos tinham como origem, principalmente, a União Européia. Com o brexit, podem vir de outros mercados.

Mas o objetivo é ir além das commodities, e já foram mapeadas oportunidades nos segmentos de higiene, cosméticos, calçados e tecnologia.

"Com o brexit, a necessidade de buscar outros fornecedores ficou iminente, e o Reino Unido tem mostrado o interesse de o Brasil ser um parceiro nessa nova fase, de buscar esses fornecedores aqui no Brasil", afirma Renata Sucupira, presidente do comitê de comércio e investimentos internacionais da Britcham.

Vitelli cita uma série de questões vistas como fundamentais pelos britânicos para que seja possível avançar na relação entre os dois países. Uma é a ambiental, que também tem sido um entrave para a concretização do acordo entre Mercosul e UE.

Ela ainda o avanço da agenda ligada à adesão do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O ingresso do Brasil no grupo tem o apoio do Reino Unido e tem avançado na gestão do ministro Paulo Guedes (Economia), que visitou a sede da entidade na semana passada.

Para aderir ao grupo, o país precisa alterar uma série de normas. Duas medidas nesse sentido foram a redução gradual do IOF sobre operações de câmbio e do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, de 25% para 8%.

As negociações com a entidade ficaram paradas

durante os governos Lula e Dilma Rousseff e ainda sofrem resistência por parte de algumas lideranças ligadas ao PT.

Vitelli afirma que o ingresso na OCDE daria ao país um selo de qualidade em relação ao ambiente de negócios e segurança jurídica. "Não vejo muito espaço para voltar atrás, e não seria algo benéfico para o Brasil."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878&anchor=6453908&pd=f3b0c90ef82a7c010013f4567127478c>**

# Guedes recicla promessas e fala em combate rápido à alta de preços

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta segunda-feira (11) que o Brasil fará um combate rápido e efetivo à **inflação**, que teve em março a maior variação para o mês em 28 anos. Em 12 meses, o índice acumula uma alta de 11,30%.

Em evento de comemoração dos 69 anos da Acim (Associação Comercial e Empresarial de Maringá), o ministro também lançou promessas do que seriam medidas em um eventual segundo mandato de Jair Bolsonaro (PL).

Guedes citou a redução de **tributos** para empresas e o lançamento da Carteira Verde e Amarela, proposta que integrou o programa de governo em 2018, mas nunca saiu do papel por resistências políticas. A modalidade permitiria contratar trabalhadores pagando menos encargos.

Antes de anunciar possíveis pilares da campanha, Guedes demonstrou confiança no trabalho do BC para combater a **inflação**, apesar de constantes revisões de projeções por analistas do mercado, cada vez mais pessimistas com o ritmo de alta de preços.

A **inflação** tem sido vista pela ala política do governo como um fator negativo para a campanha do presidente à reeleição neste ano.

Segundo o ministro, a autoridade monetária "já colocou o juro no lugar", e a taxa básica está até "relativamente elevada" em termos reais. "O Brasil fará um dos combates mais efetivos e mais rápidos [à **inflação**]. Nós confiamos nisso", disse.

Com a escalada da **inflação**, a Selic saiu do piso histórico de 2% ao ano e hoje está em 11,75%, mas o mercado já vê a taxa próxima dos 14%, embora o patamar não seja consenso.

A percepção de um aperto mais drástico cresceu após o presidente do BC, Roberto Campos Neto, dizer, também nesta segunda, que a **inflação** no Brasil está "muito alta" e que o IPCA do mês passado foi uma "surpresa".

Guedes disse que, enquanto outros bancos centrais "dormiram ao volante" e demoraram a elevar juros, o BC brasileiro "se moveu antes e já colocou o juro no lugar". "Mas a **inflação** mundial está aí e nós vamos

combatê-la, vamos vencê-la também", afirmou.

Nos bastidores do governo, a atitude do BC já foi criticada. Enquanto o governo é alvo constante de alertas da autoridade monetária pelos riscos do lado fiscal, um integrante da equipe econômica ressaltou que o BC passou boa parte de 2021 com juros reais negativos, o que acabou estimulando o aquecimento da economia e abre caminho para aceleração dos preços.

Guedes, por sua vez, disse que a **inflação** é um desafio mundial e que o BC comandado por Campos Neto tem sido efetivo. "No Brasil, pelo menos, estou convencido de que vamos derrubá-la antes até do que várias nações avançadas", afirmou.

Aos empresários que acompanharam o evento o ministro da Economia também deu sinalizações do que espera fazer em um eventual segundo mandato de Bolsonaro. Nesta segunda, o presidente afirmou que Guedes, "a princípio, continua" em sua equipe, caso vença as eleições.

Nesse cenário, o ministro indicou que pretende, "no primeiro mês do novo governo" buscar novamente a aprovação da reforma do Imposto de Renda, que teve o aval da Câmara, mas travou no Senado. Ele destacou que, com a proposta, haveria uma redução da carga tributária das empresas, além da retomada da taxação de lucros e dividendos distribuídos em 15%.

"Resistir a isso é uma insensatez. Como você vai explicar para um funcionário que paga 27,5% de IR que você, que é o dono da empresa, é rico, leva o dinheiro para casa e paga muito menos do que ele?" Guedes também acenou com a retomada da proposta da Carteira Verde e Amarela, que já integrava o programa de governo em 2018, mas nunca saiu do papel devido a resistências políticas.

O modelo pretendido permite a contratação de formalizados sem necessidade de recolher os encargos trabalhistas.

O empregado admitido por meio desse contrato teria sua aposentadoria vinculada a um regime de capitalização, por meio do qual o trabalhador contribui para uma conta individual, que no futuro arcará com seu benefício. Essa proposta também acabou sendo

rejeitada na época da reforma da Previdência.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878&anchor=6453908&pd=f3b0c90ef82a7c010013f4567127478c>**

# Pastore divulga propostas econômicas do plano de Moro

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/04/12/pastore-divulga-propostas-economicas-do-plano-de-moro.ghtml>

**Noticias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Pastore divulga propostas econômicas do plano de Moro

**Site:**

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/04/12/pastore-divulga-propostas-economicas-do-plano-de-moro.ghtml>



# À revelia do Mercosul, Brasil quer novo corte de imposto de importação

**LORENNA RODRIGUES BRASÍLIA**

O governo brasileiro estuda uma nova redução nas taxas de importação cobradas pelo País sem ter o aval do Mercosul. Segundo o Estadão/Broadcast apurou, a ideia é cortar em mais 10% as alíquotas do Imposto de Importação de grande parte dos produtos comercializados com países de fora do bloco.

Em novembro do ano passado, os ministérios da Economia e das Relações Exteriores anunciaram a redução em 10% das alíquotas de 87% da pauta comercial, mantendo de fora bens como automóveis e sucroalcooleiros, que já têm um tratamento diferenciado pelo bloco. Um novo corte do mesmo montante e com as mesmas exceções está em estudo.

Pelas regras do Mercosul, a Tarifa Externa Comum (TEC) cobrada na compra de produtos de fora do bloco só pode ser alterada em comum acordo pelos quatro países do bloco - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Assim como no ano passado, no entanto, o governo brasileiro deve recorrer a um dispositivo que permite a adoção de medidas voltadas à "proteção da vida e da saúde das pessoas".

Em novembro, o governo brasileiro afirmou que, com a pandemia do coronavírus, houve alta de preços que poderia ser minimizada com um "choque de importação". Agora, com os preços aumentando ainda mais, especialmente em meio ao conflito no Leste Europeu, uma nova redução temporária nas tarifas alegando a necessidade de combater a **inflação** está no radar. A diminuição anunciada no ano passado vale até o fim deste ano.

Ao atingir quase toda a pauta de importação do País, o corte é mais amplo do que o já anunciado pelo Ministério da Economia em março no Imposto de Importação de etanol e de seis produtos com peso na **inflação**: café, margarina, queijo, macarrão, açúcar e óleo de soja.

Na semana passada, o ministro Paulo Guedes afirmou que uma diminuição na alíquota de 12 produtos com impacto na **inflação** poderia ser anunciada.

Essas reduções pontuais são feitas dentro das normas do Mercosul, que permite que o Brasil reduza **tributos** sobre a importação de até 100 itens sem ter de

negociar com outros países. Já o corte mais abrangente na tarifa externa comum do bloco só pode ser feito com o aval dos outros sócios ou lançando mão de alternativas previstas em lei, como a adotada pelo Brasil para justificar a redução de novembro.

Para o ex-secretário de Comércio Exterior e consultor da BMJ Welber Barral, a medida terá pouco impacto no comércio, já que se trata de uma redução pequena, mas que amplia a diferença entre a tarifa do Brasil e a do Mercosul, o que pode levar inclusive a questionamentos jurídicos sobre a validade da redução.

"Acaba distorcendo a tarifa externa comum. Pode haver controvérsia no tribunal do Mercosul e até mesmo a indústria brasileira se sentir afetada pela norma, que não foi acordada no âmbito do bloco", afirmou.

Procuradas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) não se manifestaram.

## MUDANÇA DE FOCO.

Desde que o presidente Jair Bolsonaro assumiu, Guedes tem deixado claro a intenção de cortar a tarifa comum do Mercosul de forma permanente. No início de 2021, ele chegou a dizer a empresários que gostaria de reduzir em 20% a TEC ainda naquele ano.

A tentativa do ministro enfrentou forte resistência dos argentinos - que propunham um corte de 10% -, apesar do apoio inicial do Uruguai. Mas, no decorrer do ano, a situação se inverteu. Os brasileiros conseguiram chegar a um acordo com os argentinos depois de reduzirem o tamanho do corte pretendido e o número de produtos atingidos.

Mas os uruguaios passaram a condicionar o apoio a uma flexibilização de outra regra do Mercosul: a que proíbe a negociação de acordos bilaterais, ou seja, sem a participação de todos os países do bloco. O Brasil é favorável, enquanto a Argentina é contrária à flexibilização da regra.

## Como funciona a TEC

Tarifa Como países membros do Mercosul, Brasil,

Argentina, Paraguai e Uruguai devem cobrar a mesma tarifa na importação de produtos de fora do bloco - a chamada Tarifa Externa Comum (TEC). A alíquota comum é aplicada na maioria das importações, com algumas exceções acordadas com o bloco, como as compras no setor automotivo, brinquedos e bens de informática e capital. A TEC aplicada varia de acordo com o produto importado e é, em média, de cerca de 10%

**Negociações** Desde que assumiu, em 2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende uma redução da TEC como forma de abrir o mercado brasileiro e integrar a produção interna a outras cadeias produtivas. Essa redução, no entanto, só pode ser feita de forma permanente com a concordância dos demais integrantes do Mercosul. A ideia, porém, enfrenta a resistência da Argentina e do Uruguai

**Redução** Sem chegar a um acordo, o Brasil reduziu, sozinho, as tarifas cobradas na importação até o fim deste ano. Um primeiro corte foi anunciado no fim do ano passado, de 10%, para praticamente todas as alíquotas. Para isso, o País recorreu a um dispositivo que permite a adoção de medidas unilaterais voltadas à "proteção da vida e da saúde das pessoas"

**Segundo corte** Um novo corte linear de 10% está em estudo e deve ser anunciado para vigorar também até o fim do ano

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Aéreas pedem "diálogo permanente" sobre alta de preços do querosene

**ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA**

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, afirmou que o governo deve criar uma mesa permanente de diálogo para tratar do preço do querosene de aviação. A proposta foi feita em reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele recebeu na tarde de ontem os presidentes das aéreas brasileiras (Gol, Latam, Azul e Voepass).

"Nossa ideia foi propor uma mesa permanente de debate e diálogo envolvendo todos os stakeholders, com o Ministério da Economia, com o Ministério da Infraestrutura, com as empresas aéreas, para tratar de um item que saiu de controle, que é o custo do querosene de aviação", disse Sanovicz, antes de se encontrar com Guedes. Na saída, ele afirmou que o ministro reagiu de forma "muito positiva" à ideia e que sugeriu a inclusão do Ministério de Minas e Energia no grupo.

Responsável por 35% dos custos do setor, o combustível teve o preço ajustado em 76,2% no ano passado, quando o petróleo subiu 54%. A **inflação** e as consequências da guerra na Ucrânia fizeram os preços dos bilhetes dispararem neste ano.

Em 12 meses, a alta é de 11,05%, segundo o IBGE. Mas há saltos maiores em um ano quando se comparam trechos como São Paulo-Rio (88% mais caro), São Paulo-Curitiba (76%) e São Paulo- Porto Alegre (113%).

Sanovicz ainda declarou que as empresas do setor não se reunirão com o governo para pedir qualquer tipo de desoneração ou redução de **tributos**. "Não tratamos de nenhum tipo de desoneração", disse ele. No ano passado, o pacote para as aéreas, que não foi tirado do papel, previa mais acesso a crédito, compra antecipada de passagens pelo governo e definição de uma nova malha.

Ele também se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em nota, a Abear afirmou que tratou com Lira da MP 1.089/21, a MP do Voo Simples, que desburocratiza e simplifica o ambiente de negócios do setor, e a MP 1.094/21, que trata do Imposto de Renda sobre o leasing de aeronaves, cujo prazo de vigência vai até o dia 1.º de junho.

Peso Responsável por 35% dos custos do setor, o querosene subiu 76,2% no ano passado

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo admite ter de pagar R\$ 1 trilhão por processos na Justiça

**GUILHERME PIMENTA ADRIANA FERNANDES BRÁSILIA**

As futuras perdas prováveis de causas do governo federal na Justiça alcançaram pela primeira vez a cifra do trilhão. Dados do Ministério da Economia mostram impacto de R\$ 1 trilhão nas contas públicas em razão de futuras derrotas.

Os processos são classificados pelo governo em duas categorias: perda provável e possível.

Eles envolvem tanto casos com potencial para resultar em pagamentos diretos pela União (precatórios) quanto processos nos quais o governo não pode mais cobrar imposto.

Um processo é classificado como perda provável quando abrange ações nas quais já houve alguma decisão colegiada desfavorável à União no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

"METEORO".

No ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, classificou o montante como um "meteoro" e alegou existir uma "indústria de precatórios" no País.

Do R\$ 1 trilhão que a União prevê perder, mais da metade se refere a julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelecendo que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins. O processo foi classificado como "tese do século" devido ao impacto tanto para o governo, que deixaria de arrecadar cifras bilionárias, quanto para as empresas, que pagariam menos **impostos**.

O subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, disse ao Estadão/Broadcast que os números preocupam. "Os riscos fiscais que decisões judiciais podem provocar nas finanças públicas é um assunto extremamente relevante." A economista Juliana Damasceno, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV), afirma que os números são "alarmantes", mas observa que, desta vez, o governo não pode classificá-los como um "meteoro", já que estão cada vez mais explicitados em documentos oficiais. "É preciso visão

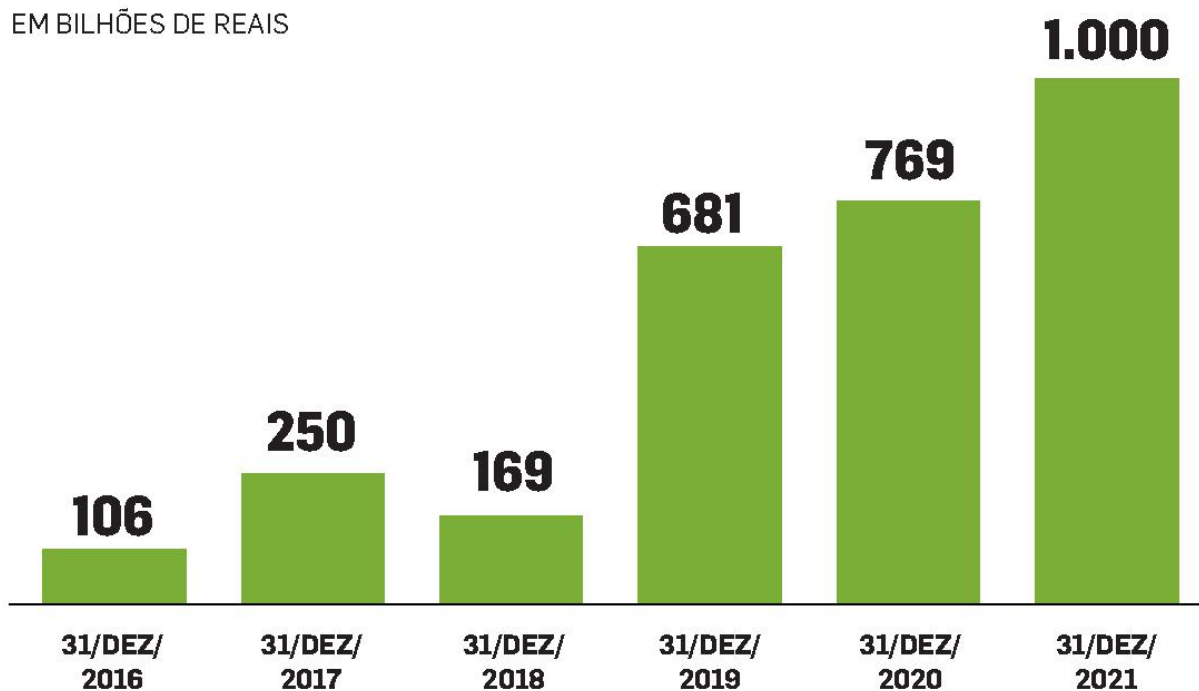
de longo prazo e uma governança equilibrada, algo que está em falta por aqui."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## METEORO TRILIONÁRIO

### Perda provável da União no Judiciário (apuração no período)

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: BALANÇO GERAL DA UNIÃO (2021 A 2016) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# A crise econômica como um risco à recondução



**INGRID SOARES VINICIUS DÓRIA**

A menos de seis meses das eleições gerais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) praticamente descartou a possibilidade de aprovação, ainda neste ano, das reformas de interesse do governo, como a tributária e a administrativa. Para enfrentar a crise econômica e a alta da **inflação**, o Palácio do Planalto quer que a equipe do ministro Paulo Guedes amplie a adoção de medidas que não dependam de aprovação do Congresso nem provoquem impacto fiscal.

"Difícilmente, o Parlamento vai avançar em qualquer projeto importante este ano", disse Bolsonaro, em entrevista a uma rádio de Belém. "O Parlamento, no meu entender, não adianta forçar a barra, você não vai conseguir levar adiante uma proposta como essa", acrescentou, em alusão à reforma administrativa.

Bolsonaro também afirmou que o Brasil ainda enfrentará "**inflação** pela frente", principalmente em relação aos produtos alimentícios. Segundo o chefe do Executivo, a ocorrência é reflexo da pandemia e da guerra no Leste Europeu.

Na lista de medidas em estudo estão novas reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, além da abertura de linhas de crédito com juros baixos para atender setores mais impactados pela crise econômica. "A Casa Civil, a AGU (Advocacia-Geral da União) e o Ministério da Economia estão vendo as medidas que não têm impacto fiscal ou complicações jurídicas. Todo dia, o presidente anuncia alguma medida", disse ao Correio um assessor do Palácio do Planalto.

A fonte lembrou que a arrecadação aumentou, o que abre para o governo uma folga "relevante" no Orçamento da União para sustentar essas medidas de enfrentamento da crise. E que essas providências ajudam a despertar nas pessoas a sensação de que "a situação está melhorando, mesmo que não da forma ideal ainda".

Na seara dos combustíveis, Bolsonaro voltou a falar sobre a demissão do general Joaquim Silva e Luna do comando da Petrobras. Segundo o chefe do Executivo, a troca na estatal ocorreu porque era necessário ter alguém "mais profissional". Na semana passada, ele indicou para o posto o ex-secretário do Ministério de Minas e Energia José Mauro Coelho, após Adriano Pires ter declinado do convite.

## Inócuo

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), José Luís Oreiro observou que a **inflação** tem um aspecto internacional, mas que o governo "não está fazendo nada para resolver o problema". "Muito pelo contrário, está adotando um instrumento da taxa de juros, que é inócuo, contra a **inflação**. O que o governo deveria ter feito e poderia ter reduzido a **inflação** de alimentos é ter introduzido imposto sobre exportação de alimentos para redirecionar a oferta do mercado interno e, com isso, reduzir a elevação dos preços dos alimentos", ressaltou. "Outra coisa que ele poderia ter feito seria impedir Guedes de ter acabado com os estoques reguladores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Se tivesse estoques reguladores de alimentos, poderia ter reduzido a **inflação** de alimentos." De acordo com o economista, "o governo tem culpa em parte da **inflação** elevada, seja porque não adotou medidas corretas para redirecionar ofertas de alimentos para o mercado interno, seja porque a Petrobras acompanha a paridade internacional, o que importa **inflação** para o Brasil".

Ele destacou que as perspectivas de crescimento da economia este ano são de, no máximo, 0,5%, um terço do ritmo de crescimento da economia entre 2017 e 2019, representando estagnação econômica e a alta do desemprego.

"A trajetória de queda do desemprego em 2021 vai ser revertida ao longo de 2022 e vai se fazer com mais

força justamente nos meses anteriores da eleição ? agosto e setembro ?, em que estaremos com **inflação** alta e desemprego ascendente, o que é mortal para quem quer se reeleger", frisou. "A economia joga contra Bolsonaro. Não é por outro motivo que tenta desviar a atenção para a pauta de costumes." André César, cientista político e sócio da Hold Assessoria, comentou que a economia é o tema da eleição. "Em 2018, tivemos um ponto fora da curva, do combate à corrupção. Agora, mudou o mote. As pesquisas mostram que mais de 50% da preocupação dos brasileiros é com o desemprego, **inflação** e juros", afirmou. "Bolsonaro não pode terceirizar o problema e vai ser cobrado. Ele vai tentar fazer "gambiarra" para buscar arrumar a casa, mas é complicada a situação."

# Inflação surpreende BC; mercado vê juro maior



rosana hessel

A alta de 1,62%, em março, no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, surpreendeu o mercado e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Com isso, foi desencadeada uma nova onda de revisões das estimativas para os índices do custo de vida e os juros, ambos para cima, ampliando as apostas de que o BC não conseguirá cumprir a meta inflacionária deste ano e do próximo.

"A **inflação** do índice mais recente foi uma surpresa. Eu tinha mencionado a velocidade mais rápida da passagem do aumento do combustível na bomba, e parte foi isso. Mas houve outros elementos, como vestuário e alimentos (que tiveram altas de preços). Essa surpresa se fez em vários países, mas a realidade é que nossa **inflação** está muito alta e os núcleos estão muito altos, além de ser mais persistente", disse o presidente do BC, ontem, em evento virtual organizado por TC Mover e Arko Advice.

De acordo com Campos Neto, como ainda há defasagem nos preços dos combustíveis no mercado interno, ele e os demais diretores do BC devem analisar melhor os dados na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para 3 e 4 de maio. "Vamos analisar os fatores que estão gerando essas surpresas inflacionárias e comunicar no momento mais apropriado", afirmou. Na última reunião do Copom, a taxa básica de juros (Selic) foi elevada em um ponto percentual, para 11,75% ao ano, e o BC sinalizou que fará, no próximo mês um ajuste da mesma magnitude, para 12,75%.

Salto

Em março, de acordo com o IBGE, o IPCA acelerou e atingiu 1,62%, frente à alta de 1,01% de fevereiro, acumulando salto de 11,30% em 12 meses. Foi a maior variação para o mês desde março de 1994, pouco antes do início do Plano Real. Nos três primeiros meses do ano, o IPCA avançou 3,20%, e já encostou na meta de **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano, cujo teto é de 5%.

Um dado preocupante apontado por Campos Neto, que reforçou a afirmação de que a **inflação** não é de oferta, mas de demanda, foi a disseminação da alta de preços. O índice de difusão subiu de 75% para 76%, de fevereiro para março. Quando está tão espalhado assim, o dragão inflacionário é difícil de conter.

A surpresa do presidente do BC com o IPCA de março reforçou as apostas de que a **inflação** anual continuará acima de 10%, pelo menos, até julho ou agosto. Pelas estimativas do Itaú Unibanco, a **inflação** continuará persistente e disseminada e o BC elevará a Selic até agosto. O banco manteve em 13,75% a previsão para a Selic em dezembro.

"A **inflação** continua persistente e é bem provável que o IPCA continue em dois dígitos até julho", apostou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos. Ele lembrou que, mesmo se o BC elevar a Selic para 13%, a **inflação** continuará em torno de 8% no fim do ano. "Por conta dessa pressão inflacionária, é provável que 14% seja o piso para a Selic", acrescentou.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, disse que ainda não revisou as projeções após o dado do IPCA, divulgado na sexta-feira, mas demonstrou otimismo com a efetividade da política monetária conduzida pelo BC, que iniciou o ciclo de ajuste em março de 2021, após a Selic atingir o piso histórico de 2% ao ano. "O BC está bem adiantado no processo e não acho que será necessário um piso de 14% para a Selic. O Copom pode ainda elevar mais os juros, mas vai colher os frutos da alta iniciada no ano passado."

Sem espaço

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados,



destacou que, apesar da surpresa de março, a alta do IPCA não deverá se repetir em abril e em maio. Contudo, ele alertou que não vê espaço para o BC cumprir a meta de **inflação** neste ano e no próximo. "Tem pressão de medicamentos, que pode trazer riscos para uma **inflação** de 7,8% no fim do ano, que é o que esperamos. Acho que o BC vai continuar subindo a Selic e não deverá parar em 12,75% como tinha sinalizado. Vai ter que subir mais nas próximas reuniões", disse Vale, que prevê a taxa básica em 13,50% no fim do ano. Pelas estimativas da MB, o IPCA encerrará 2023 em 4,2%, quando o centro da meta será de 3,25% e o teto, de 4,75%.

Em 2021, o BC não cumpriu a meta de **inflação** pela sexta vez desde o início do regime de metas, em 1999. Pelos cálculos de Eduardo Velho, da JF Trust, a **inflação** estrutural do Brasil é, tradicionalmente, acima de 4%, e, portanto, qualquer meta abaixo desse patamar dificilmente será cumprida. "As metas deste ano e do próximo já estão comprometidas", resumiu.

## Braga Netto é "90%" vice na chapa



O general Walter Braga Netto deixou o Ministério da Defesa no fim de março

O general Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa do seu governo, tem 90% de chance de ser o vice na sua chapa que vai disputar a reeleição em outubro. Foi o que disse o presidente Jair Bolsonaro em entrevista ao jornal O Liberal, de Belém. "O meu vice atualmente é um general de Exército, então pode ser que ele continue como vice. Pode ser. Não estou batendo o martelo aqui. Pode ser também com um outro general de Exército. Isso pode acontecer. Isso dá credibilidade à nossa chapa, respeitabilidade à mesma", apontou, em entrevista ao portal de O Liberal.

"Já adiantei que tem 99% de chance de ser mineiro. É o que posso falar até agora. Então, diminui bastante esse setor. Não é por ser mineiro, não é por ser nordestino. Isso aí é consequência, é segundo plano, mas ajuda. Você prestigia grandes concentrações de eleitores e ajuda na campanha", afirmou também. Questionado, então, se há "99% de chance" de o vice indicado ser Braga Netto, o presidente respondeu: "Noventa por cento Braga Netto, pronto, fechou. Noventa por cento o Braga Netto, está fechado aí". Braga Netto é natural de Belo Horizonte.

Bolsonaro seguiu comentando sobre a experiência do general. "Qual a experiência dele? É um general de Exército, serviu 47 anos, participou da intervenção no Rio de Janeiro, deu uma pulção em um estado bastante complexo, se saiu muito bem na intervenção. Conosco aqui ficou um ano na Casa Civil, uma tremenda experiência de administração e depois ficou um ano à frente do Ministério da Defesa." O atual vice de Bolsonaro, Hamilton Mourão (Republicanos), deverá tentar uma vaga no Senado pelo Rio Grande do Sul.

GUEDES Bolsonaro disse também na entrevista ao

jornal paraense que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve continuar no cargo caso ele seja reeleito. "Ele tem muito crédito. Tem que ver se ele quer continuar, como qualquer outro ministro. A princípio, ele continua, sem problema nenhum", afirmou Bolsonaro em entrevista a um podcast. O presidente tem o costume de chamar Guedes de "Posto Ipiranga" do governo. Durante entrevista, ele afirmou que não consegue criticar nenhum ministro no momento, mas que "logicamente" fará algumas alterações.

Em outra entrevista, desta vez ao podcast dos Irmãos Dias, Bolsonaro afirmou que preferiu demitir Joaquim Silva e Luna da Petrobras porque precisava de alguém "mais profissional" na presidência da empresa. Acho que a gente precisava, dos motivos principais, de alguém mais profissional lá dentro para poder dar transparência", disse o presidente.

Segundo o chefe do Executivo federal, a Petrobras não usa "seu marketing". "Ela não fala." "O que eu falei para vocês aqui, era para a Petrobras estar falando. Fica no meu colo. Tudo cai no meu colo na questão da Petrobras. Eu não apito nada e cai no meu colo", afirmou o presidente. Silva e Luna foi demitido após autorizar vários aumentos de preços dos combustíveis.

Bolsonaro segue mantendo pressão na empresa, que controla o mercado brasileiro e implementou ajustes constantes seguindo o preço internacional do petróleo bruto, como determina a sua política de preços, o que impulsionou a **inflação**, prejudicial para a popularidade do presidente, que buscará a reeleição em outubro. Até fevereiro, os preços dos combustíveis tiveram alta de 33% em 12 meses, segundo dados oficiais.

Na entrevista ao podcast, Bolsonaro reconheceu que ofereceu cargos ao Centrão em troca de uma base política no Congresso. "Para aprovar qualquer coisa, em especial uma PEC, passa por eles. Agora, nosso relacionamento não é como no passado. Alguns cargos foram dados para partidos de centro, sim, não vou negar isso aí. Mas temos filtros", alegou. Em julho do ano passado, Bolsonaro se aproximou ainda mais do Centrão com a indicação do senador Ciro Nogueira (PP-PI) para a Casa Civil.

Se na pré-eleição de 2018, o presidente levantou a bandeira do afastamento da velha política e se mostrava crítico ao grupo, ao se ver ameaçado por pedidos de impeachment, queda de popularidade e

visando ainda emplacar projetos e aprovações de nomes para o Supremo Tribunal Federal, o chefe do Executivo concedeu lugar de honra em seu governo para o bloco.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/04/2022/p1>**

## Segunda rodada (Editorial)

Realizado no domingo (10), o primeiro turno da eleição presidencial francesa repetiu em linhas gerais o cenário do pleito anterior, de 2017. Assim como há cinco anos, os dois primeiros colocados foram Emmanuel Macron e Marine Le Pen.

Enquanto o presidente centrista alcançou 28% dos votos, ante 24% em 2017, a candidata de ultradireita amealhou 23% dos sufrágios, pouco mais do que os 21% conquistados na outra disputa.

Verificou-se novamente o desencanto dos eleitores com os partidos tradicionais de centro-direita e de centro-esquerda, consolidando o ocaso das forças que dominaram a política francesa a partir do pós-guerra. Os Republicanos, herdeiros do gaullismo, conquistaram cerca de 5% dos votos. Já o Partido Socialista obteve menos de 2%.

Após um início de mandato envolto em grandes expectativas, Macron enfrentou no governo uma série de percalços, crises e protestos massivos, como o dos "coletes amarelos". Logrou, contudo, conservar um núcleo estável de apoiadores e busca agora ser o primeiro presidente francês reeleito desde Jacques Chirac, há 20 anos.

Para isso, promete tanto reajustar o salário mínimo como manter a impopular, mas necessária, elevação da idade de aposentadoria.

Já Le Pen, que disputa a Presidência pela terceira vez, empreendeu nos últimos anos uma bem-sucedida estratégia para se tornar mais palatável ao eleitor médio, deixando o discurso ideológico em segundo plano. Abandonou, nesse movimento, propostas como a saída da França da União Europeia e a criminalização do aborto.

No pleito, esse movimento tático foi beneficiado pela candidatura do esquerdista Éric Zemmour, cujo discurso francamente radical fez com que Le Pen soasse mais moderada na comparação. Pragmática, ela centrou sua campanha nas classes populares e nos impactos da recente alta da **inflação**.

Sua plataforma, contudo, preserva propostas abertamente discriminatórias contra imigrantes, como a realização de um plebiscito para redefinir a nacionalidade francesa, de modo a assegurar a prioridade dos "verdadeiros cidadãos" no acesso a habitação e emprego.

Outras promessas de cunho xenófobo versam sobre a "erradicação de ideologias islamitas" do país e multas para mulheres que usem véu em espaços públicos.

Se há cinco anos Macron triunfou sobre Le Pen pelo dilatado placar de 66% a 34% no segundo turno, hoje analistas colocam em dúvida a repetição dessa frente ampla a seu favor. Não resta dúvida de que ele segue favorito para se manter na Presidência, mas o risco de Le Pen -e a direita radical- chegar ao Palácio do Eliseu nunca foi tão grande como agora.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878>

# BC sinaliza possibilidade de alta mais forte dos juros para segurar inflação



Roberto Campos Neto, presidente do BC, que, no mês passado, elevou a taxa básica de juros, a Selic, para 11,75% ao ano. Adriano Machado - 25.04.21/Reuters

A divulgação da maior surpresa inflacionária em pelo menos 12 meses levou o Banco Central a sinalizar a possibilidade de um aperto monetário mais forte neste ano para conter a alta de preços.

A manifestação do BC acompanha o movimento das taxas de juros no mercado financeiro e vem após críticas do próprio governo à condução da política monetária.

Nesta segunda-feira (11), o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que a **inflação** no Brasil está "muito alta" e que o IPCA em março foi uma "surpresa" para a autoridade monetária.

A **inflação** tem surpreendido economistas do setor público e privado desde o início de 2021. Inclusive com críticas à demora na reação dos bancos centrais no Brasil e no exterior.

Nas últimas 12 divulgações, o IPCA ficou acima das estimativas do mercado em 8 ocasiões. O maior desvio foi em relação ao índice de março deste ano, que ficou em 1,62%, ante uma projeção de 1,35%, segundo analistas consultados pela Bloomberg - uma diferença de quase 0,30 ponto percentual. Foi a maior **inflação** para o mês desde o início do Plano Real.

Em 11,30% no acumulado em 12 meses até março, o IPCA encontra-se distante da meta de **inflação** perseguida pelo BC neste ano. O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para 2022 é de 3,5% - com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo.

"Agente teve um índice mais recente que foi uma surpresa. A gente estava vendo uma ve-

locidade da passagem do combustível para a bomba mais rápida e, por isso, esse próximo índice seria um pouco maior e o próximo [abril] um pouco menor. Parte foi isso, mas houve outros elementos, como vestuário e alimentação fora do domicílio, que vieram uma surpresa grande", afirmou o presidente do BC nesta segunda.

De acordo com Campos Neto, a instituição "está analisando a surpresa [na **inflação**] para ver se muda alguma coisa na tendência" para a política monetária. "A gente vai olhar, analisar os fatores que estão gerando essas surpresas inflacionárias e vai comunicar isso num momento que for mais apropriado", disse.

Em 16 de março, o Copom (Comitê de Política Econômica) do BC elevou a Selic (taxa básica) em um ponto percentual, de 10,75% para 11,75% ao ano. Para a próxima reunião, em maio, o colegiado sinalizou uma nova alta da mesma magnitude.

Em março, o presidente do BC indicara que o próximo ajuste seria a última elevação na taxa de juros, encerrando o ciclo do aperto monetário com a Selic em 12,75% ao ano.

Desde a semana passada, porém, analistas do mercado começam a considerar que a elevação da Selic não vai parar de subir quando chegar ao teto previsto pelo BC.

Entre o fechamento do mercado na quinta-feira (7) e o fim da tarde desta segunda, os contratos de juros DI (Depósitos Interbancários) com vencimento em janeiro de 2023 passaram de 12,75% ao ano, na véspera, para 13,85%. Para 2025, de 11,53% para 11,98%.

"Acredito que o mercado pode estar colocando na conta uma possível chance de o BC voltar atrás na decisão de parar com a subida dos juros em junho", comentou Marcelo Oliveira, fundador da empresa de tecnologia e educação financeira Quantzed.

Essa avaliação, no entanto, não é unânime.

Rafaela Vitória, economista - chefe do banco Inter, diz que a surpresa no IPCA de março não caracteriza uma situação de descontrole inflacionário e destaca alguns fatores que vão contribuir para reduzir as pressões

sobre os preços nos próximos meses.

Entre elas, a antecipação do fim da taxa extra na conta de luz e uma nova composição de dólar e preço de petróleo que permitiria à Petro-bras reduzir o preço da gasolina e do diesel. Por isso, mantém a projeção de um último aumento dos juros em maio.

"Quando os choques são muito fortes, a gente corre o risco de ter surpresas inflacionárias. Principalmente quando vem de uma alta de combustíveis. Mas a gente não mudou nossa posição, porque há surpresas desinflacionárias pela frente", afirma.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, afirma que o BC pode avançar mais nos juros, mas não vê a instituição chancelando as taxas de mercado totalmente. Segundo ele, boa parte da **inflação** é importada e não se pode colocar a culpa no BC por perder o teto da meta de **inflação** pelo segundo ano seguido.

"Ele [Campos Neto] já faz um recuo na sua posição, agora aceitando que provavelmente vai ser necessário ir um pouco além dos 12,75%. Mas não acho que essa queda de braço entre BC e mercado vai pender totalmente para o lado do mercado, que vai ficar acima de 14%, que vai continuar subindo além de junho." O estrategista da RB diz que a surpresa inflacionária se explica muito pela forma como o mercado faz suas projeções, com um componente muito forte do comportamento em anos anteriores.

O Itaú espera que o Copom continue subindo a taxa Selic até 13,75% a° ano.

A disparada da **inflação** se deu em praticamente todo o mundo. Primeiro por fatores relacionados à pandemia, como a interrupção da produção de componentes e produtos acabados. Depois, pelos gargalos provocados pela guerra na Ucrânia.

No Brasil, que tem uma das maiores taxas de **inflação** do mundo, houve ainda o agravante da crise de energia e da desvalorização do câmbio em 2021.

O BC brasileiro foi um dos primeiros a iniciar um ciclo de alta de juros, em um movimento com intensidade superior ao de seus pares. Mesmo assim, não escapou de críticas.

Na semana passada, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que "os bancos centrais no mundo inteiro dormiram ao volante", mas que o BC brasileiro "acordou primeiro".

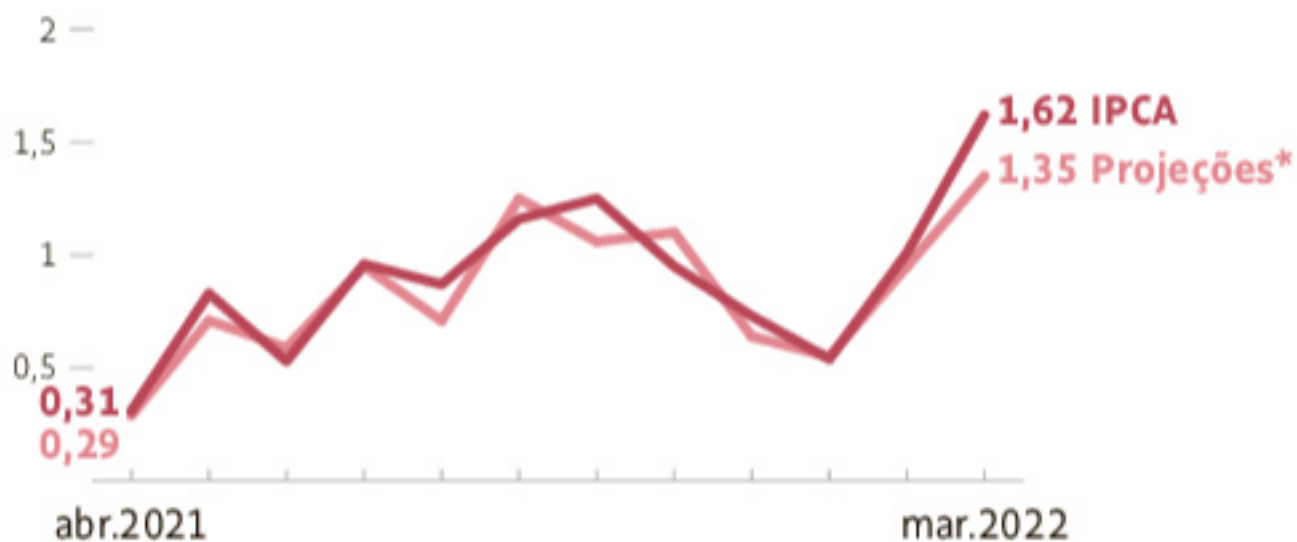
No dia seguinte, um integrante da equipe econômica ouvido pela Folha ressaltou que o BC passou boa

parte de 2021 com juros reais negativos (taxa nominal abaixo da variação da **inflação**), o que acabou estimulando o aquecimento da economia e abriu caminho para aceleração dos preços.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878&anchor=6453908&pd=f3b0c90ef82a7c010013f4567127478c>**

## Inflação tem surpreendido mercado e autoridades



\*Mediana das projeções na véspera da divulgação do IPCA

Fontes: IBGE, Banco Central e Bloomberg

# Luz deve ficar sem sobretaxa durante todo o ano, diz ONS

**Nicola Pamplona**

O diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Carlos Ciocchi, afirmou nesta segunda (n) esperar que a conta de luz passe todo o ano de 2022 sem taxas extras para bancar usinas térmicas.

Já na segunda quinzena de abril a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) adotará a chamada bandeira verde na conta de luz, depois de oito meses de vigência da bandeira de escassez hídrica, taxa extraordinária para cobrir o rombo gerado pela seca no setor.

Essa taxa extraordinária duraria até o fim de abril, mas o governo decidiu antecipar seu fim, alegando que os reservatórios foram recuperados com as fortes chuvas de verão e as medidas adotadas pelas autoridades do setor para poupar água durante a seca de 2021.

Ciocchi lembra que os reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste terminam o período de chuvas no melhor nível desde 2012. Nesta segunda, eles estavam com 65,14% de sua capacidade de armazenamento de energia.

As projeções do ONS indicam que, mesmo com chuvas semelhantes às de 2021, não perderiam tanta água em relação ao momento atual. Nesse cenário, o nível de armazenamento ao fim de novembro chegaria a 62,9%.

Mesmo considerando a média de chuvas de 2008, quando o fenômeno La Nina atrasou a chegada das chuvas de fim de ano, a situação é mais confortável do que a de 2021, com os reservatórios encerrando novembro com 39,6% da capacidade, o dobro do verificado no ano passado.

Por isso, a expectativa é que a geração térmica se limite a usinas inflexíveis, aquelas que não podem parar, disse o executivo. Essas usinas têm capacidade em torno de 4.000 MW (megawatts), bem inferior aos mais de 20 mil MW demandados de térmicas nos piores momentos da crise de 2021.

"Teremos um ano bastante bom, bastante tranquilo, que não vai causar tanta dor de cabeça, tanta dor no bolso", disse Ciocchi, em encontro virtual com a

imprensa para falar do cenário do setor após o fim do período chuvoso.

Em 2021, a adoção da bandeira de escassez hídrica foi um dos vilões da **inflação**, que fechou o ano em 10,6%, a maior desde 2015. A expectativa é que o fim da taxa extra ajude a aliviar o indicador, que hoje sofre com o mega-aumento nos preços dos combustíveis.

O diretor-geral do ONS defendeu a manutenção dos contratos das térmicas emergenciais contratadas pelo governo no auge da crise, que custarão R\$ 39 bilhões pelos próximos cinco anos. Essas usinas foram justificadas à época como necessárias para ajudar na recuperação de longo prazo dos reservatórios.

"Na hora que tomamos a decisão [pela contratação], existia uma incerteza muito grande. Tínhamos duas escolhas: o arrependimento de contratar e o arrependimento de não contratar", disse. "A decisão acertada, ameu ver, foi contratar".

Ciocchi argumenta que o setor elétrico brasileiro é reconhecido pelo cumprimento dos contratos e que seria prejudicial para a segurança jurídica do setor romper com os vencedores do leilão realizado em outubro de 2021.

"Imagine se a gente quebra um contrato desse agora? Qual a confiança que os empreendedores, o mercado em geral, têm no setor elétrico?" questionou, dizendo que essas térmicas podem ajudar a poupar mais água em reservatórios de cabeceira dos principais rios do setor.

Ele reconheceu que algumas dessas usinas devem atrasar o início das operações, previsto para maio, por dificuldades na obtenção de licenças ambientais. Elas têm, por contrato, três meses adicionais para resolver eventuais pendências.

Seu custo, segundo o diretor-geral do ONS, não é significativo para a contadas bandeiras tarifárias e, por isso, não demandará taxas extras.

Ciocchi afirmou que a entrada de novos projetos de geração e de novas linhas de transmissão indica um que 2023 também deve ser um ano tranquilo para o setor elétrico, mesmo com poucas chuvas no período seco de 2022.



**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878&anchor=6453908&pd=f3b0c90ef82a7c010013f4567127478c>**

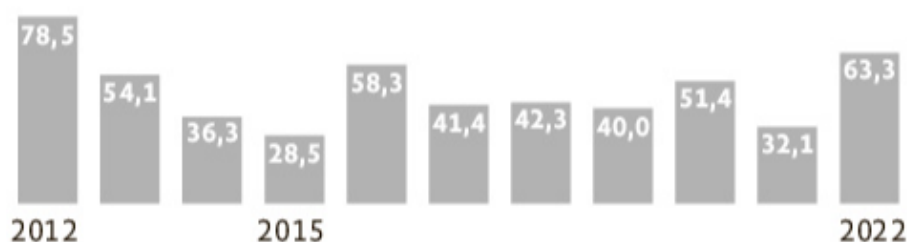
## A caixa d'água do setor elétrico



Capacidade dos principais reservatórios, em %\*

	Reservatório	Volume útil
<b>Rio Grande</b>	Furnas	83,03
	Mascarenhas de Moraes	77,87
	Marimbondo	67,37
	Água Vermelha	56,87
<b>Rio Paraná</b>	Ilha Solteira	50,24
<b>Rio Paranaíba</b>	Batalha	80,87
	Itumbiara	76,08
	Emborcação	65,58
	São Simão	56,71
	Nova Ponte	50,33
	Serra do Facão	34,32

Nível dos reservatórios no mês de março, em %\*\*



\*Na segunda-feira (11.abr) | \*\*Considera apenas o subsistema Sudeste/Centro-Oeste  
Fonte: ONS

# Preço de alimentos no mundo muda de patamar e não há perspectiva de baixar

A pressão nos preços dos alimentos não deverá ser temporária, mas vai continuar nos próximos anos. Mesmo com uma produção mundial elevada de grãos, a dinâmica comercial mudou.

As dificuldades impostas pela pandemia, aceleradas ainda mais pela guerra entre Ucrânia e Rússia, elevaram os preços dos alimentos para outro patamar. A volta será demorada.

A alta nos preços dos alimentos não é tanto por falta de produto, mas por um desarranjo no comércio mundial. A FAO (Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas) estimou a produção total de cereais desta safra em 2,8 bilhões de toneladas, volume 1% superior ao anterior.

As transações internacionais de grãos, no entanto, recuam 3%, para 469 milhões de toneladas nesta safra. Outro dado que deveria fazer os preços recuarem são os estoques, que sobem 2%, para 851 milhões de toneladas.

Os preços médios de uma cesta básica de produtos (carnes, grãos, cereais, óleos vegetais e açúcar) acompanhados pela FAO estão, contudo, com elevação de 21%, descontada a **inflação**, em relação a 2008, o período, até então, de maior pressão nos alimentos.

Nestes últimos 14 anos, os cereais tiveram evolução real de 5%, e os óleos vegetais dispararam, acumulando alta de 42%. A aceleração dos preços começou na pandemia, com a demanda crescendo intensamente, devido à formação de estoques de alimentos por grandes consumidores.

O estrangulamento na produção e no comércio mundial de insumos trouxe ao setor custos que não eram vistos havia uma década.

A guerra entre Ucrânia e Rússia complicou ainda mais essa relação de custos e de produção, elevando os gastos da agropecuária no mundo todo.

O aumento de estoques mundiais relatado pela FAO ocorre devido à permanência de boa parte desses produtos alimentícios nos dois países em litígio. A circulação desses alimentos está muito dificultada; em algumas regiões da Ucrânia, impossível.

Os preços dos alimentos vão continuar elevados, devido à ausência dos grãos ucranianos e russos, estes em menor escala, no mercado internacional. O mesmo ocorre com os custos. Os fertilizantes, que estavam caros devido à forte demanda internacional antes da guerra, subiram ainda mais com a dificuldade de comercialização desses produtos pela Rússia e por Belarus, grandes produtores.

Mesmo que esses países retomem as exportações, a redução mundial de produção de alguns insumos, a alta do custo da energia, e os preços elevados das commodities não vão permitir uma queda de preços a curto prazo.

Os preços dos alimentos mudaram de patamar. A FAO mostra que o principal produto que afeta o bolso do consumidor em todo o mundo são os óleos vegetais.

Maior exportadora de óleo de girassol, a Ucrânia mantém um bom estoque interno, mas não consegue exportar. A ausência do óleo de girassol no mercado internacional elevou os preços dos óleos de palma, de colza, de milho e de soja -este já vinha com uma oferta apertada, devido à quebra de safra de soja nos Estados Unidos, em 2019/20. A quebra, agora, ocorreu no Brasil. A produção da oleaginosa, neste ano, ficou em pelo menos 20 milhões de toneladas abaixo do potencial previsto inicialmente.

Nos cálculos da FAO, os óleos vegetais estão com alta real acumulada de 42% desde 2008. O aumento de preços dos alimentos em 2008 foi provocado por queda de produção de milho e de soja nas safras 2007 e 2008 dos Estados Unidos. Em 2009, os preços recuaram um pouco, mas voltaram a ficar pressionados por cinco anos seguidos.

O Brasil ganha com essa elevação das commodities, que gera receitas recordes. O consumidor brasileiro, porém, paga preços equivalentes aos internacionais, embora tenha uma moeda fraca.

Nesta segunda-feira (11), a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) divulgou que o óleo de soja acumulou 8% de aumento apenas nos últimos 30 dias. A **inflação** dos alimentos subiu 3,1% no período, e 7 dos 10 principais produtos de pressão no índice vieram do campo. Pãozinho e farinha de trigo subiram

3,5% e 3,3%, respectivamente.

Na primeira quadrissemana deste mês, dado mais recente da Fipe, os alimentos participaram com 47% na formação do IPC (índice de Preços ao Consumidor). No mesmo período do ano passado, o percentual era de 14%.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49878&anchor=6453908&pd=f3b0c90ef82a7c010013f4567127478c>**

# Dólar comercial tem queda de 0,41%, a R\$ 4,6899

**VÍTOR DA COSTA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Bolsonaro afirma que emendas de relator ajudam a acalmar o Congresso

*Matheus Schuch De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

# Selic a 13,5% ganha força no mercado após falas de Campos

*Felipe Saturnino De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

# Sob pressão dos cenários externo e doméstico, Ibovespa fecha em queda

*Gabriel Roca e André Mizutani De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)



# "Nossa inflação está muito alta", diz presidente do BC

*Estevão Tair e Lu Aiko Otta De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187189](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187189)